

*O Almanaque Abril,
entre a história e o jornalismo,
entre o evento e a estrutura, entre a memória e a história*



André Fabiano Voigt

Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Co-organizador do livro *Cartas reveladas: a troca de correspondências entre Hermann Blumenau e Johann Jacob Sturz*. Blumenau: Cultura em movimento, 2004. voigtandre@hotmail.com

**O Almanaque Abril, entre a história e o jornalismo,
entre o evento e a estrutura, entre a memória e a história**

André Fabiano Voigt

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *A máquina da memória: o tempo presente entre a história e o jornalismo*. Bauru: Edusc, 2009.



Uma máquina da memória sempre estará na encruzilhada entre o que jamais pode ser esquecido e a atualização incessante do presente. Esta encruzilhada, aparentemente paradoxal, é o objeto do livro de Mateus Pereira, que trata do *Almanaque Abril* no interstício que vai de 1975 a 2006. Publicação anual amplamente popularizada antes do advento da rede mundial de computadores, o *Almanaque Abril* servia como “máquina da memória” para seus usuários, em várias ocupações e áreas de atuação em todo o território nacional.

Embora tenhamos começado esta resenha colocando a “máquina da memória” em apenas uma encruzilhada, devemos reconhecer que não há somente uma quando se trata de uma “máquina da memória”: há várias. Começaremos, contudo, por outra: a que foi colocada no próprio subtítulo de seu livro, a da relação entre o ofício do historiador e o do jornalista. Relação sempre controversa e fugidia, da qual se fala há longa data e sempre com um toque de perspicaz ironia, que o historiador seria o jornalista do passado — seria o jornalista o historiador do presente? — o *Almanaque Abril* encontra-se, de maneira provocativa para muitos, no meio desta relação nem sempre amistosa. Indo além desta longa e interminável querela, Mateus Pereira afirma que esta publicação está na “confluência da história ensinada, do conhecimento histórico acadêmico e do discurso jornalístico” (p. 21). São muitos os lugares ocupados simultaneamente, é verdade. Mas esta ubiquidade se deve a outra questão, que é a da relação entre passado e presente. Seria possível ao historiador falar do presente? Sem dúvida, na medida em que se deve “superar o corte radical entre passado e presente” (p. 22), mas com um pouco de desconfiança ao afirmar convictamente que “no infinito da duração, o presente é sempre uma forma de passado” (p. 23). Esta visão do presente, cara a Marc Bloch, acaba por repetir uma velha questão acerca da temporalidade: seria, então, o presente apenas o passado recente?

Mateus Pereira responde esta questão com auxílio de François Dosse, sustentando que o historiador do tempo presente procura inscrever sua operação na duração e, uma vez inscrita na duração, não se pode limitá-la ao instante. Ora, esta é a questão que colocou Henri Bergson e Gaston Bachelard em discussão ao longo da década de 1930. Bachelard, ao tratar da noção bergsoniana de duração, afirma que: “Passado e futuro são mal solidarizados na duração bergsoniana precisamente porque nela se subestimou o desígnio do presente”.¹ Se inscrevemos o presente indiscriminadamente no *continuum* da duração, como seria possível haver o instante súbito da mudança, a imprevisibilidade das decisões ou sequer o acaso na

¹ BACHELARD, Gaston. *O ar e os sonhos*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 265 e 266.

vida humana? Embora seja compreensível que a atividade do historiador não possa ignorar as várias durações e ritmos da vida, há uma certa desconfiança que persiste em relação ao *instante* como instância fundamental para o trabalho do historiador. Como é possível ao historiador trabalhar com a fugacidade do instante?

É o momento de irmos para a próxima encruzilhada. O evento, o acontecimento — por vezes produto de um imprevisível instante na profundidade da duração — não é o responsável pela banalização da história ou por sua apropriação jornalística. Antes, há uma tradição, consolidada acerca do ofício do historiador, que atribui a ele a específica tarefa de adequar a desordem empírica dos acontecimentos a uma ordenação, a uma continuidade, ao mesmo tempo em que caracteriza o instante como elemento aistórico ou impossível de ser apreendido por este profissional tão ligado ao passado e suas estruturas. Sabe-se o quanto o apego demorado às explicações estruturais pode colocar o historiador diante de impasses difíceis de serem resolvidos diante dos relativismos, descontinuidades e incoerências da vida humana. A própria questão da existência do Holocausto, por exemplo, não pode ser respondida a partir das suas condições de sua possibilidade, mas sim, a partir de sua condição de *acontecimento*.²

Voltando para o tema do trabalho de Mateus Pereira, pode-se dizer que o *Almanaque Abril* não é a porta de entrada para uma provável “banalização” do conhecimento histórico por se tratar de uma história instantânea ou “acontecimental”, mas sim — como o próprio autor aponta, apesar de julgar o argumento insuficiente — por se tratar da permanência de uma história tradicional, enciclopédica e de características universalizantes em seu modelo de narrativa e de escolhas temáticas. É exatamente por não ser uma narrativa que articula o instante do acontecimento em sua potência — mas que o coloca em um *continuum*, que apenas justifica o que somos hoje a partir de uma pretensa evolução do passado — que a história jornalística, contada nas páginas da “máquina da memória”, pode se tornar bastante fora de propósito para o historiador profissional dos dias de hoje, descrente do poder de persuasão das grandes sínteses históricas, apesar de acreditar na previsibilidade das estruturas. Em outras palavras, se o *Almanaque Abril* se coloca na complexa encruzilhada entre o evento e a estrutura, entendemos que não é possível sacrificar o evento no altar da estrutura — e vice-versa —, mas também não há como culpar a retomada do evento na historiografia contemporânea por seu perigo de se tornar banalizada pelo efêmero. Nem sempre é possível conciliar evento e estrutura em uma totalidade harmônica.

Para continuar esta difícil questão, faz-se necessário avançar para a próxima encruzilhada: aquela entre a memória e a história. Esta encruzilhada é a mais difícil de todas. Não temos a pretensão de esgotar qualquer uma destas difíceis questões em uma resenha, mas é possível apontar alguns caminhos para uma reflexão. Mateus Pereira defende, com apoio nos estudos de Paul Ricoeur, que não há uma ruptura precisa e necessária entre a memória e a história, como afirmam vários historiadores. “A memória deve ser considerada matriz da história” (p. 27). Assim, Mateus coloca-se, juntamente com Ricoeur, no interior de uma escolha nada simples: a da valorização da memória em relação às demais faculdades humanas.

A partir da leitura do último livro de Ricoeur, citado em profusão no livro *A máquina da memória*, vemos já em seu primeiro capítulo a discussão

² Ver, sobre o assunto, RANCIÈRE, Jacques. Os enunciados do fim e do nada. In: *Políticas da escrita*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

³ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 25.

⁴ BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 181.

⁵ *Idem*, *Fragments de uma poética do fogo*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 45.

que retoma desde Platão, passando por Spinoza, Descartes e pela fenomenologia: o debate entre a memória e a imaginação. Para Ricoeur, há uma tradição filosófica que faz da memória uma província da imaginação³, e sua tarefa, bem colocada em sua obra, é ir na contracorrente da desvalorização da memória, situando-a acima da imaginação — esta última celebrada como a mais importante das faculdades humanas, pelo menos desde o Romantismo. Ricoeur, pensador da conciliação, levanta armas pela última vez para combater a imaginação! Ora, a relação entre memória e imaginação talvez não seja tão conflituosa. Novamente, Gaston Bachelard traz um importante debate acerca da relação entre ambas, quando afirma: “Toda memória precisa ser reimaginada. Temos na memória microfimes que só podem ser lidos quando recebem a luz viva da imaginação.”⁴ A memória, de natureza lacunar, descontínua e sem referências temporais claras, não é uma faculdade que tem um poder de autonomia tão grande: ela depende da imaginação, para no instante da escrita, ser retomada em sua potência. Como disse o mesmo autor: “Para se ligar ao passado, é preciso amar a memória. Para se desligar do passado, é preciso imaginar muito. E são essas obrigações contrárias que colocam em plena vida a linguagem.”⁵ Talvez ambas façam parte do movimento necessário para a escrita do historiador, sem sacrificar nenhuma das duas.

Todavia, Ricoeur precisa da memória para articular duas operações importantes para a vida: lembrar o que não pode ser esquecido e perdoar aquilo que é possível perdoar. Apesar de ser um duplo processo, inatingível sem a ajuda do presente e de sua fugacidade instantânea, Mateus Pereira utiliza as expressões “tempo terminado” e “tempo inacabado” para dar conta destes dois processos de escrita: o do perdão e o da memória. Compreendemos perfeitamente que, nos interstícios entre a história jornalística e a dos historiadores profissionais, há diferentes articulações possíveis entre ambos os tempos, quase sempre em conflito. Gostaríamos, no fundo, que todos os nossos erros pertencessem ao perdão e todas as nossas glórias à memória, mas nunca haverá concórdia acerca destes acontecimentos em toda a humanidade. Por isso, a luta entre as duas escritas do passado/presente continuará sem um fim determinado e deve ser seguida, com a ajuda da atualização incessante do presente.

Mas gostaríamos de terminar com um aspecto importante do pensamento de Paul Ricoeur, lembrado pelo autor de *A máquina da memória*: o da história como trabalho de luto. Ainda que compreendamos o trabalho de efusivo movimento que a história pode causar em uma época, o livro de Mateus Pereira evoca uma imagem de repouso, realizado sobre o luto. Em atitude semelhante à de Aquiles, no último canto da *Ilíada*, respeitemos o momento de luto com nosso silêncio temporário e nossas lágrimas, apesar das várias encruzilhadas por percorrer.



Resenha recebida em abril de 2010. Aprovada em maio de 2010.